



DOSSIÊ

**Empregabilidade e trabalho para mulheres trans:**

experiências à luz da Teoria Queer

Cristiano Parra Duarte, *Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, Brasil.*

Milena Almeida, *Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara/SP, Brasil.*

Resumo. Este artigo tem por objetivo analisar a inclusão de mulheres transexuais no mercado de trabalho, a partir da Teoria Queer, com o intuito de compreender como normas de gênero e sexualidade moldam suas trajetórias profissionais. Por meio de pesquisa qualitativa com entrevistas não roteirizadas, objetivou-se documentar a trajetória educacional e profissional dessas mulheres, mapear suas áreas de atuação profissional e analisar suas vivências cotidianas e relações no local de trabalho. Os resultados mostram que a discriminação sistêmica limita o acesso ao mercado de trabalho formal, levando com frequência muitas pessoas à prostituição compulsória. No entanto, o nível de escolaridade pode ampliar as oportunidades, mesmo que persistam barreiras institucionais e a transfobia. As entrevistas destacam ainda que a “passabilidade” influencia diretamente na inclusão dessas mulheres, perpetuando padrões de exclusão. Conclui-se que são urgentemente necessárias políticas públicas para garantir condições de igualdade e combater práticas discriminatórias, permitindo a integração destas mulheres em ambientes formais de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres trans. Mercado de trabalho. Teoria Queer. Empregabilidade. Trabalho.

Introdução

A inclusão de mulheres trans no mercado de trabalho brasileiro é um desafio complexo, marcado por barreiras estruturais e discriminatórias que dificultam seu acesso e permanência no emprego formal (SOUZA, 2012). O mercado de trabalho, ainda regido por normas cis-heteronormativas, marginaliza indivíduos cujas identidades de gênero não se alinham aos padrões convencionais, resultando em exclusão e dificuldades para a inclusão dessa população. Muitas mulheres trans enfrentam a necessidade de buscar alternativas como trabalho sexual ou empregos informais devido à falta de oportunidades no mercado de trabalho formal (REIDEL, 2024; ASSIS, 2018).

Este estudo tem por objetivo investigar como as mulheres trans percebem o mercado de trabalho, com foco em questões relacionadas tanto ao emprego quanto à empregabilidade. A questão central da pesquisa é: qual é a percepção das mulheres trans em relação ao mercado de trabalho, tanto em termos de emprego quanto de empregabilidade? Para tanto, o estudo apoia-se na Teoria Queer, que desafia normas rígidas de gênero e sexualidade e oferece uma perspectiva crítica sobre as desigualdades no mercado de trabalho (BUTLER, 1990, 2004; MISKOLCI, 2012; CAPRONI, 2015).

A Teoria Queer, ao desconstruir categorias tradicionais de identidade de gênero e orientação sexual, serve como um arcabouço para entender como a sociedade normaliza e hierarquiza diferentes corpos e identidades (BUTLER, 1990, 2004). No contexto do mercado de trabalho, essa abordagem crítica permite uma análise da dinâmica de exclusão enfrentada por mulheres trans que não se enquadram nas expectativas de um sistema normativo baseado na cis-heteronormatividade (ZIMMERMANN et al., 2021). Assim, o estudo busca evidenciar as formas de discriminação enfrentadas por mulheres trans ao tentar ingressar e permanecer no mercado de trabalho formal, bem como as estratégias que desenvolvem para lidar com esses obstáculos, a partir da documentação de suas trajetórias profissionais e vivências laborais.

Após esta introdução, o artigo procede à caracterização das pessoas trans, com especial atenção às distinções conceituais entre identidade de

gênero, sexo biológico e orientação sexual. Na sequência, apresenta-se a Teoria Queer, que sustenta o arcabouço teórico-analítico da pesquisa, bem como uma revisão da literatura sobre a inserção de pessoas trans no mercado de trabalho. Em seguida, descreve-se a metodologia adotada, com ênfase nos procedimentos de coleta e análise das entrevistas realizadas. A seção analítica discute as principais barreiras enfrentadas pelas mulheres trans participantes da pesquisa, tanto no ingresso quanto na permanência no mercado de trabalho, à luz dos aportes da Teoria Queer. Por fim, o artigo conclui com uma reflexão sobre os desafios estruturais à inclusão dessas mulheres, tal como evidenciado pelos relatos empíricos.

Referencial teórico

As discussões sobre questões de gênero demandam atualização constante, pois novos termos e conceitos são frequentemente incorporados aos debates sociais e acadêmicos, refletindo a dinâmica das transformações culturais e políticas em torno do tema (PERAZZO, 2019). No entanto, é importante destacar que essas expressões não necessariamente correspondem a experiências inéditas, mas sim a tentativas de categorizar e dar visibilidade a representações, identidades e desejos que já existiam, e que muitas vezes eram ignorados, marginalizados ou invisibilizados (PERAZZO, 2019). Essa evolução terminológica evidencia o esforço contínuo de compreender e legitimar a diversidade das vivências humanas, promovendo reflexões mais inclusivas e sensíveis às realidades contemporâneas.

Para aprofundar o tema, é essencial definir gênero, identidade de gênero e orientação sexual, bem como compreender as consequências sociais de uma cultura patriarcal e heteronormativa que determina o que é considerado aceitável, reforçando desigualdades (PERAZZO, 2019; CACAU, 2021). O patriarcado privilegia o masculino e sustenta hierarquias que produzem sexismo e violência estrutural contra mulheres e pessoas LGBTQIA+, naturalizando desigualdades por meio de práticas e instituições (JESUS, 2012).

A heteronormatividade, sustentada pelo sexo biológico como critério de definição de gênero e de papéis sociais, impõe o modelo heterossexual como padrão único, inclusive ao tentar enquadrar relações homoafetivas dentro de papéis binários (PERAZZO, 2019; SOUZA;

PEREIRA, 2013). Conceitos como heterossexismo e heterossexualidade compulsória reforçam a ideia de que apenas a heterossexualidade seria legítima, contribuindo para a invisibilização e repressão de outras orientações (MISKOLCI, 2012).

Já sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual são dimensões distintas. O sexo biológico refere-se a características orgânicas, mas não determina identidade de gênero ou desejo (JESUS, 2012). O gênero diz respeito à expressão e aos papéis sociais associados ao feminino e ao masculino, enquanto a identidade de gênero expressa como a pessoa se percebe e se posiciona socialmente. Indivíduos cuja identidade não corresponde ao sexo atribuído ao nascer são considerados transgêneros, categoria que inclui transexuais e travestis. Nem todos recorrem a modificações corporais, pois o gênero não depende da alteração do sexo biológico. Por fim, a orientação sexual refere-se ao direcionamento do desejo afetivo-sexual, podendo ser assexual, bissexual, homossexual, heterossexual ou pansexual. Cada categoria descreve formas distintas de atração, que podem ou não se relacionar ao gênero ou ao sexo da outra pessoa (JESUS, 2012).

Compreendendo que as estruturas sociais marginalizam identidades dissidentes, a Teoria Queer emerge como uma abordagem crítica que desafia normas tradicionais e questiona categorias fixas de gênero e sexualidade (Butler; 2004). Fundamentada na crítica à naturalização da construção de gênero e no entendimento de que instituições como a escola, a família e o trabalho exercem papel central na produção e reprodução das normas de gênero nas sociedades ocidentais (LOURO, 2001; NOGUEIRA, 2018), a Teoria Queer abre espaço a discussões que contestam os discursos e as práticas discriminatórias voltadas para aqueles que não se reconhecem ou que não se enquadram amplamente na cis-heterossexualidade, ou seja, os representados pela sigla LGBTQIA+ (PIRES; MAZZA; PIRES, 2020; WEISS et al., 2022).

Na Teoria Queer, a sexualidade constitui um aspecto central da vida humana, abrangendo não somente corpo, identidades, sexo, papéis sociais, orientação sexual, prazer e reprodução, mas também se manifestando e sendo expressa por meio de pensamentos, desejos, crenças, atitudes, comportamentos, relacionamentos e dinâmicas de poder. Além disso, ela é influenciada pela interação de fatores biológicos, sociais, psicológicos, econômicos, políticos, culturais, legais, históricos,

religiosos e espirituais. A sexualidade engloba significados que são moldados de maneiras distintas, dependendo dos contextos sociais e períodos históricos. Portanto, trata-se de um conceito dinâmico, sujeito a mudanças e a múltiplos e contraditórios usos, interpretações, debates e disputas políticas (TAVARES, 2023).

A Teoria Queer originou-se nos Estados Unidos, na década de 1990, como uma interseção entre os estudos culturais e o pós-estruturalismo francês. Seu objetivo era "questionar, problematizar, transformar, radicalizar e ativar uma minoria excluída da sociedade centralizadora e heteronormativa" (MIRANDA; GARCIA, 2012, p. 1). A heteronormatividade expressa as expectativas, demandas e obrigações sociais derivadas do pressuposto da heterossexualidade como natural e, portanto, fundamental para a sociedade (MISKOLCI, 2009). Segundo Tamsin Spargo (2017), a Teoria Queer pode ser empregada como verbo, adjetivo ou substantivo, sendo, em todos os casos, definida como uma oposição ao conceito de "normal".

A autora também apresenta que essa teoria não pode ser considerada um sistema conceitual ou metodológico único e estruturado, mas sim um conjunto de engajamentos intelectuais que exploram as complexas relações entre sexo, gênero e desejo sexual. Embora possa ser vista como uma escola de pensamento, ela adota uma perspectiva profundamente não ortodoxa em relação à disciplina, questionando e desconstruindo as normas estabelecidas sobre esses temas (SPARGO, 2017; LION, 2020).

Para Sara Salin (2015), a Teoria Queer emergiu como resultado de uma convergência entre teorias feministas, pós-estruturalistas e psicanalíticas, que sustentaram e influenciaram investigações prévias sobre a categoria do sujeito. A expressão "queer" baseia-se em uma ressignificação radical de um termo historicamente empregado de forma pejorativa, sendo que seu caráter subversivo está justamente na rejeição a definições simplistas. Nesse sentido, "queer" é descrito como algo indistinguível, indefinível e instável, caracterizando-se como um movimento contínuo, recorrente e profundamente desestabilizador (ZIMMERMANN et al., 2021).

Do ponto de vista sociocultural e político, a Teoria Queer tem desempenhado um papel fundamental ao questionar categorias fixas e normas tradicionais de gênero e sexualidade, promovendo reflexões que contribuem para a afirmação de direitos e a redução de desigualdades

(TAVARES, 2023). Diferentemente de abordagens que partem da premissa da existência de sujeitos estáveis, como certos estudos de gênero e sexualidade, a Teoria Queer destaca a fluidez e a instabilidade das identidades, enfatizando o caráter construído e normativo dessas categorias (ZIMMERMANN et al., 2021).

Seu surgimento remonta às décadas de 1980 e 1990, no contexto da crise do HIV/AIDS, quando discursos hegemônicos passaram a associar a epidemia à população gay, estigmatizando-a como "praga gay". Essa narrativa reforçou preconceitos, intensificou a homofobia e impulsionou o surgimento de estratégias políticas mais radicais, baseadas em alianças não essencialistas entre sujeitos afetados pela marginalização (SPARGO, 2017; LION, 2020). A Teoria Queer se constituiu, assim, como uma ferramenta crítica para desestabilizar os padrões normativos e propor leituras mais plurais das experiências humanas.

Com base no “estranhamento do olhar”, essa teoria questiona dicotomias como normal/desviante, desafia a legitimidade das normas cis-heteronormativas e evidencia o papel das instituições — como escola, família e trabalho — na reprodução de desigualdades (BUTLER, 1990, 2004; LOURO, 2001; NOGUEIRA, 2018). Ao dar visibilidade a sujeitos historicamente marginalizados, como pessoas trans, a Teoria Queer promove a problematização dos estigmas que operam na patologização da transexualidade — por décadas classificada como doença pela OMS — e combate a imposição de papéis de gênero naturalizados.

Nesse sentido, a teoria contribui para compreender como identidades dissidentes são excluídas e, simultaneamente, como sua visibilidade gera efeitos ambivalentes: de um lado, maior reconhecimento e consumo cultural; de outro, reações conservadoras que reforçam a violência simbólica e material (Louro, 2018). A relevância política dessa perspectiva também se manifesta em avanços institucionais, como a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2019, que equiparou a homofobia e a transfobia aos crimes de racismo.

Compreender as normas de gênero e sexualidade requer atenção aos espaços onde elas se manifestam concretamente, como o mundo do trabalho. Isso porque o trabalho é central na construção da identidade, na saúde mental e na convivência social (Nogueira, 2018), além de representar uma das principais formas de interação social e

reconhecimento, como mostra Nogueira (2018). Para Zoladz (2020), estar fora do trabalho significa estar excluído do pacto social. Essa centralidade atribuí à atividade profissional um papel fundamental tanto na vida dos indivíduos quanto na organização da sociedade, ainda que suas formas e sentidos tenham se transformado ao longo do tempo, acompanhando mudanças nas estruturas sociais e nos desejos humanos.

Nas últimas décadas, ocorreram mudanças significativas nas dimensões econômicas, sociais, políticas e ideológicas impactaram profundamente a classe trabalhadora (ANTUNES, 2009). Fatores como os avanços tecnológicos, a globalização e a precarização das relações trabalhistas intensificaram a competição no mercado de trabalho. (MONTEIRO, 2017). No entanto, ao longo da história, foi possível observar que alguns grupos, como negros, homossexuais e mulheres, foram marginalizados e excluídos do mercado de trabalho mais complexificado e competitivo (BUTLER, 2004).

As organizações formais, historicamente moldadas por um modelo normativo de profissional, reproduzem estigmas que excluem as pessoas trans do mercado de trabalho. A cultura organizacional, ao valorizar um perfil específico de trabalhador (homem, branco, jovem, heterossexual e sem deficiência), como apontam Flores-Pereira e Eccel (2010), marginaliza aqueles que se desviam desse padrão. Conseqüentemente, as pessoas trans enfrentam dificuldades para se inserir nesses ambientes e construir carreiras.

Salienta-se que a afirmação da identidade de gênero está diretamente vinculada à autodeterminação do indivíduo, ou seja, cabe à própria pessoa definir e afirmar sua identidade (BENTO, 2017a, 2017b). Para pessoas transexuais, a aceitação e a integração social no gênero com o qual se identificam são aspectos fundamentais, sendo a identidade de gênero o critério central que define sua condição (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS [MDH], 2018).

Nesse sentido, indivíduos trans tendem a adotar comportamentos, expressões e hábitos associados ao gênero com o qual se sentem pertencentes, desempenhando papéis sociais que refletem sua auto identificação (BARCELLOS, 2017). Contudo, essas pessoas enfrentam intensas pressões sociais para atender às expectativas relacionadas ao seu gênero, vivenciando frequentemente situações de exclusão que geram sofrimento psicológico significativo e restringem seu convívio social (SOUZA, 2012). Apesar disso, por meio de mobilização e

organização, atrelado ao interesse capitalista em explorar novos nichos de mercado, esses grupos minoritários começaram a conquistar espaços tanto como consumidores quanto dentro do mercado de trabalho.

Conforme estabelecido no caput do artigo 6º da Constituição Federal, o trabalho é considerado um direito social. Mas, no Brasil, os padrões culturais que veem as identidades transgêneros como inferiores resultam em grandes desafios para que essas pessoas acessem o mercado de trabalho formal. Sob essa perspectiva, a presença de pessoas transgêneros nesses espaços é menos frequente, o que sugere que seu direito constitucional a uma vida digna está sendo negado.

No transcurso de suas vidas, travestis, mulheres e homens trans enfrentam violência social, discriminação e estigmas negativos. De acordo com Giongo, Menegotto e Petters (2012), 89% das mulheres trans deixam suas casas, seja por expulsão ou para viver plenamente sua identidade de gênero. Os dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) acrescentam que, em média, pessoas desse grupo são expulsas de casa pelos pais aos 13 anos (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021).

A literatura aponta que a discriminação não se restringe apenas às relações familiares, estendendo-se também a ambientes escolares e profissionais (KAFFER et al., 2016; SOUSA; ROCHA; BARROS, 2018). Nesse contexto, Reidel (2014) descreve uma sequência de eventos: as mulheres transexuais enfrentam segregação, estigmatização e discriminação durante sua trajetória escolar, o que frequentemente leva à evasão. Como resultado, muitas recorrem à prostituição como meio de subsistência, devido à falta de formação e oportunidades no mercado de trabalho.

Portanto, o processo de exclusão familiar, social e escolar de pessoas trans contribui para a falta de oportunidades no mercado de trabalho formal, principalmente pela ausência de qualificação acadêmica e pela não inclusão devido à aparência e à condição de transgeneridade. Além disso, a percepção da identidade trans como uma "doença" por parte dos empregadores agrava essa situação. Logo, a discriminação cotidiana intensifica ainda mais a exclusão social, culminando na marginalização dessa população.

Segundo estudo feito pelo ANTRA (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021), 90% das pessoas trans estão se prostituindo no Brasil – o que as

torna vulneráveis à violência física. Em 2023, foram registradas 155 mortes de pessoas trans no Brasil, sendo 145 casos de assassinatos e 10 suicídios, creditados ao sofrimento de violências ou à invisibilidade trans. O número de assassinatos aumentou 10,7%, em relação a 2022, quando houve 131 casos (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021). Além disso, 6% das pessoas trans atuam na informalidade, geralmente em pequenos negócios ou em ocupações historicamente associadas a subempregos e consideradas femininas, como cabeleireira, costureira, auxiliar de cozinha e faxineira.

Nesse contexto, muitas recorrem à prostituição, uma atividade frequentemente desvalorizada social e moralmente, o que acaba por reforçar o estigma da degenerada ou pecaminosa. Somente 4% possuem empregos formais, com possibilidade de progressão de carreira e renda, além de algum grau de proteção estatal. Dessa forma, nota-se que as travestis e mulheres transexuais em sua maioria não gozam dos benefícios presentes na filiação trabalhista, pois não são consideradas cidadãs.

Essa exclusão é ainda mais agravada pela ausência de políticas públicas específicas que garantam a inclusão e a proteção dessa população. A interseccionalidade de marcadores sociais como gênero, raça e classe, aliada à violência estrutural, restringe o acesso dessas mulheres a espaços públicos e ao mercado de trabalho, reduzindo drasticamente sua expectativa de vida.

Embora o Estado se apresente como defensor dos direitos das pessoas trans, a implementação efetiva de políticas públicas ainda enfrenta desafios que reforçam o estigma e a discriminação. O uso do nome social, regulamentado pelo Decreto nº 8.727/2016 para a administração pública federal, exemplifica essa contradição, pois sua aplicação permanece desigual, sobretudo no setor privado, onde não há obrigação legal. Por outro lado, avanços legais importantes, como o provimento 73 do STF, que elimina a exigência de cirurgia para alteração de nome e gênero nos registros civis, garantem o direito à autodeterminação, embora barreiras institucionais, culturais e socioeconômicas ainda dificultem o acesso pleno a esses direitos.

Complementando esse quadro, a decisão histórica do STF em 2019, que equipara a homofobia e a transfobia a crimes de racismo, amplia a proteção à população LGBTQIA+, o que inclui mulheres trans. Em níveis estadual e municipal, diversas iniciativas buscam promover a inclusão

social e laboral, como a Lei Estadual nº 10.948/2001 em São Paulo e o Programa Municipal de Empregabilidade Trans, além da Casa Abrigo LGBTQIA+ "Ricardo Corrêa da Silva", no interior paulista, que oferece acolhimento e apoio psicossocial (ACIDADE ON, 2024). Apesar desses marcos importantes, a efetividade dessas políticas depende de sua implementação concreta, para que direitos garantidos se transformem em oportunidades reais e na integração social plena das mulheres trans.

Metodologia

Para atender ao objetivo proposto, este trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa de abordagem qualitativa (GODOY, 1995), de abordagem descritiva (ANDRADE, 2002). Considerando o contexto local de um município do interior de São Paulo, este estudo buscou investigar e descrever o cenário da empregabilidade de mulheres trans, dando voz a três mulheres trans com realidades distintas: (a) uma política e ativista; (b) uma graduanda de universidade pública; e (c) uma garota de programa. A partir das entrevistas, buscou-se entender as especificidades da vivência dessas mulheres, respeitando as dimensões da Teoria Queer, que desconstrói as normas de gênero e evidencia como as instituições sociais, como o mercado de trabalho formal, marginaliza indivíduos que não se enquadram nas normas estabelecidas.

A ausência de dados sobre essa população no contexto local motivou a decisão do método de entrevista (uma conversa oral entre duas pessoas), que é apropriado para a obtenção de informações diretamente com os sujeitos envolvidos, especialmente quando esses dados não estão disponíveis em registros formais (NOGUEIRA, 1968). A entrevista também se apresenta como ferramenta para denunciar preconceitos e práticas discriminatórias, oferecendo um espaço para que as entrevistadas compartilhem suas experiências e, assim, sejam ouvidas (POUPART, 2012).

Para selecionar as participantes da pesquisa, inicialmente foram contatadas pessoas trans previamente conhecidas pelos pesquisadores. Após verificar a disponibilidade desses indivíduos para participar, adotou-se a técnica de amostragem por bola de neve. Nessa abordagem, a primeira entrevistada indicou novas participantes. O contato com as indicadas foi realizado por meio de redes sociais, onde foram

apresentados os objetivos do estudo e esclarecido o papel que cada participante desempenharia na pesquisa.

As entrevistas foram conduzidas entre 01 de outubro e 30 de novembro de 2023. Em relação à duração, as duas primeiras entrevistas (entrevistadas A e B) aconteceram presencialmente e tiveram uma média de 30-45 minutos, exceto a realizada por telefone que durou cerca de 20 minutos (entrevistada C).

Optou-se por entrevistas flexíveis, sem roteiro estruturado para adaptar perguntas conforme o andamento das conversas, considerando as diferentes necessidades percebidas. Por meio dessa técnica, buscamos ouvir as mulheres trans em suas próprias palavras, a fim de compreender suas vivências e as dificuldades enfrentadas na busca por inclusão no mercado de trabalho. As entrevistas foram realizadas com gravação autorizada e transcrição posterior para análise. Ao conduzir as entrevistas, levamos em consideração a diversidade de experiências entre as participantes, reconhecendo as alteridades de suas trajetórias. A pesquisa se concentrou no município do interior de São Paulo, proporcionando uma visão local sobre os desafios e as possibilidades de mudança nesse cenário.

Como a entrevista não seguiu um roteiro com perguntas padronizadas, optamos por uma abordagem mais sensível, acreditando que seria mais eficaz permitir que as entrevistadas se sentissem confortáveis para compartilhar suas experiências de forma autônoma e dinâmica. Assim, a conversa foi conduzida de maneira livre, possibilitando que as participantes abordassem os aspectos que consideravam mais relevantes. Apesar da flexibilidade no formato da entrevista, foram estabelecidos objetivos específicos relacionados a formação, inserção, atuação, cotidiano e relações, conforme Quadro 1, que apresenta os objetivos específicos das entrevistas:

Quadro 1: Objetivos específicos

Objetivo geral	Objetivos específicos
Compreender a relação entre mulheres	Documentar as trajetórias de formação e inserção profissional de mulheres trans
	Mapear as áreas de atuação profissional em que mulheres trans estão inseridas.

trans e o mercado de trabalho em um município do interior de São Paulo a partir da narrativa sobre suas vivências laborais	Analisar as vivências cotidianas de mulheres trans no ambiente de trabalho.
	Examinar as relações de trabalho sob a perspectiva de mulheres trans.

Fonte: Elaboração própria.

Para resguardar a identidade das participantes, elas serão designadas pelos nomes fictícios: Vênus, Marte e Saturno. O Quadro 2, apresentado a seguir, detalha o perfil das entrevistadas, incluindo informações sobre idade, escolaridade e cargos ocupados no contexto da entrevista:

Quadro 2: Caracterização dos sujeitos da pesquisa

Sujeito	Idade na época da entrevista	Escolaridade	Cargo atual
Vênus - (A) política e ativista	30 anos	Ensino superior completo	Política eleita
Marte - (B) graduanda	21 anos	Ensino superior em andamento	Professora
Saturno - (C) garota de programa	31 anos	Ensino Médio completo	Garota de programa

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Para a análise dos dados, foi empregada a técnica de análise de conteúdo. De acordo com Chizzotti (1991), essa abordagem tem como objetivo compreender criticamente o sentido das comunicações, sejam elas explícitas ou implícitas, manifestas ou latentes. Essa técnica é estruturada em três etapas principais: (a) pré-análise, etapa em que se realiza a coleta e organização dos dados; (b) descrição analítica, dedicada ao exame detalhado do material, guiado pelas hipóteses e pelo referencial teórico adotado; e (c) interpretação inferencial, na qual os conteúdos identificados são analisados à luz dos objetivos da pesquisa (MARTINS; TEÓPHILO, 2009).

Após a realização das entrevistas, procedeu-se à escuta atenta das gravações e mensagens de voz. Posteriormente, os trechos considerados

mais relevantes para o alcance dos objetivos foram transcritos. A sistematização e categorização desses fragmentos permitiram a organização dos dados em quatro eixos: escolaridade, prostituição compulsória, mercado de trabalho e políticas públicas.

Diante disso, a pesquisa qualitativa buscou dar voz às mulheres trans investigando suas experiências de empregabilidade por meio de entrevistas que exploram como as normas sociais moldam a trajetória e desafiam a inclusão de mulheres trans no mercado formal de trabalho. Os resultados obtidos a partir dessas experiências são analisados a seguir, destacando como barreiras educacionais, culturais e institucionais afetam a empregabilidade e a qualidade de vida dessas mulheres.

Resultados e discussões

As entrevistas realizadas permitiram uma construção gradual do panorama mais amplo, debatido na literatura. Não havia um roteiro rígido para as entrevistas, o que impediu a padronização das falas e das experiências relatadas. Contudo, foi possível categorizar quatro elementos principais a partir dessas conversas, à luz da Teoria Queer: escolaridade, prostituição compulsória, os desafios da mulher trans no mercado de trabalho e políticas públicas. Essa flexibilidade permitiu uma maior aproximação das experiências pessoais e, ao mesmo tempo, refletiu as diferentes perspectivas de cada participante, sem limitar suas vivências a um formato preestabelecido.

Além disso, as entrevistas possibilitaram compreender o que significa para essas mulheres serem exceções em um grupo historicamente marginalizado. Dessa forma, a análise não apenas investigou suas trajetórias individuais, mas também lançou luz sobre as dinâmicas de exclusão e as formas de resistência presentes nesse contexto à luz da Teoria Queer.

Escolaridade

Conforme mencionado anteriormente, o preconceito contra pessoas LGBTQIA+ se manifesta em diversos ambientes, inclusive na escola, que deveria ser um espaço de aprendizado e formação para a vida. Diante da intolerância e da discriminação, algumas pessoas desse grupo



consideram o abandono escolar como a única alternativa. No entanto, apesar da realidade desafiadora, as três entrevistadas conseguiram concluir o Ensino Médio.

“Eu nem prestei para a universidade porque eu sabia que não ia passar, porque eu não estava preparada e isso fez com que eu finalizasse a minha bagagem do currículo nacional, finalizei o ensino médio mas eu estava sem essa bagagem” (Vênus, 30 anos).

Marte (21 anos) contou com o apoio dos pais durante todo o seu processo de aprendizagem, porém, enfrentou repressão quando desejou ingressar na universidade.

“Tiveram momentos difíceis, pois muita gente já me disse que eu tinha que desistir, por exemplo, de fazer universidade, que universidade não é lugar para LGBT” (Marte, 21 anos).

Esse é um aspecto essencial da Teoria Queer que tem como ênfase a desconstrução das categorias identitárias. Essa perspectiva é claramente visível no relato de Marte (21 anos), que compartilha como foi desencorajada em espaços educacionais. Esse tipo de rejeição revela a força das estruturas heteronormativas em regular quem pertence ou não a determinados espaços, reforçando as barreiras impostas às identidades queer.

Prostituição compulsória

Atualmente, ainda é raro encontrar mulheres trans em empregos formais, uma realidade que se reflete na ausência de dados específicos sobre essa população no mercado de trabalho, o que evidencia sua invisibilidade. Conseqüentemente, muitas mulheres trans recorrem à prostituição como meio de sustento, o que contribui para a percepção de que essa é a única ocupação em que são aceitas. Um estudo da ANTRA (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021) revelou que 90% das pessoas trans foram ou ainda são forçadas a se prostituir para garantir a sobrevivência. Sobre esse tema, Vênus (30 anos) apresenta:

“Eu sou uma mulher travesti e vim da prostituição, me prostitui durante um tempo da minha vida, justamente por causa dessas questões de mercado de trabalho e, diferente das questões que envolve toda a comunidade LGBT, como por exemplo, a orientação sexual, que você pode esconder, que você não precisa abrir e contar no ambiente de trabalho. Então, por mais que isso seja desesperador, frustrante e humilhante, você ter que esconder o que você é – você ainda consegue entrar no mercado de trabalho. Nós, pessoas travestis, homens transexuais, antes da gente falar nosso nome, chega antes a nossa identidade de gênero. O que eu sempre falo: “antes de chegar a Vênus, chega a travesti nos lugares”. Isso já implica, inclusive, a entrega do currículo.

Quando uma travesti entrega um currículo, a primeira coisa que a pessoa vai dizer é “vamos ver se a pessoa colocou o nome dela de verdade” – justamente para zombar, não é pra acolher e isso faz com que as nossas não se encontrem no emprego formal” (Vênus, 30 anos).

Contudo, esse cenário não se reflete de forma absoluta, como evidenciado pelo caso de Marte (21 anos), que sempre foi incentivada a estudar e nunca precisou se prostituir. A fala da entrevistada demonstra que existem exceções da realidade:

“Nossa, eu sou muito grata, porque sei de muitas de minhas irmãs que não tiveram a oportunidade que eu tive, e as experiências que eu tive, então conheço muitas que sofreram muito preconceito dentro de casa, então a família não deu esse apoio, elas gostariam de ingressar na universidade, mas acabaram não conseguindo por outras questões, então eu me estruturei muito feliz, honrada e do que depender de mim, eu vou usar essa minha posição que eu vejo como uma posição privilegiada” (Marte, 21 anos).

Saturno (31 anos), levando em consideração o mesmo cenário de Vênus (30 anos), julga a falta de oportunidades por parte do mercado como principal fator da prostituição compulsória:

“[...]pelo fato de não ter oportunidade eu fui para a prostituição, e eu quero sair disso porque eu não me adapto a isso. Isso não é para mim” (Saturno, 31 anos).

Nesse contexto, ao abordar as dificuldades para acessar empregos formais, Amaral (2013) aponta como possíveis causas a não conclusão dos estudos, o que impede a obtenção da qualificação exigida pelo mercado de trabalho, além da ausência de “passaportes básicos” para a inserção social, como uma documentação que a identifique de forma coerente.

“Pra vocês terem noção, começa nesta geração de agora, o fato das travestis não precisarem estar na prostituição e estão na universidade por exemplo, agora começa isso. A minha geração, estou com 30 anos, ainda é da rua, minha geração de travesti não terminou os estudos” (Vênus, 30 anos).

No entanto, como observa Amaral (2013), é preciso cautela ao atribuir a busca pela prostituição a motivos específicos, uma vez que, claramente, esse não é o percurso adotado por todas as pessoas. É que Vênus (30 anos) pontua:

“A gente tem também que enxergar a prostituição como mercado de trabalho pra aquelas que a enxergam como tal, muitas não querem estar lá, mas eu não posso ser contra a prostituição, eu sou contra a prostituição compulsória, aquela que a pessoa não tem escolha, ela tem que fazer aquilo, se não ela não



consegue se alimentar. Agora, se a pessoa quer estar na prostituição, é um desejo dela, ela gosta e vê aquilo como trabalho, então eu também tenho que defender aquilo e tenho que respeitá-la como uma trabalhadora, as prostitutas são trabalhadoras, temos que ter esse olhar” (Vênus, 30 anos).

Contudo, Irigaray, Saraiva e Carrieri (2010) observa que a maioria das travestis recorreu à prostituição, enquanto aquelas que não atuam "na pista" trabalham à noite em estabelecimentos LGBTQIA+ ou em salões de beleza. Além disso, quando inseridas no mercado formal, travestis e transexuais ocupam principalmente posições subalternas e operacionais, frequentemente em setores específicos como entretenimento, lazer e beleza. A fala de Vênus (30 anos) reforça tal exposição:

“As nossas não estão acessando os espaços. Então não adianta a gente incluir para elas fazerem curso. O que sobra para ela, se não é prostituta? Ela é cabeleireira ou atendente de telemarketing” (Vênus, 30 anos).

Mercado de Trabalho

A inserção no mercado de trabalho tem se tornado cada vez mais desafiadora, especialmente para as minorias, que enfrentam obstáculos adicionais nesse processo. Apesar de alguns grupos minoritários serem numericamente mais expressivos em determinadas regiões, eles continuam a sofrer desigualdade de oportunidades, tratamento e poder na sociedade. Quando analisado à luz da Teoria Queer, esse contexto ganha nova perspectiva. A teoria se reflete nas experiências das entrevistadas, que vivenciam diretamente os efeitos dessas normas excludentes em suas trajetórias profissionais, destacando as dificuldades específicas que enfrentam em relação à empregabilidade.

Lapa (2013) destaca que o preconceito direcionado às mulheres trans torna-se evidente no momento em que elas se candidatam a uma vaga de emprego. A partir dos relatos das entrevistadas, observa-se que os desafios enfrentados pelas pessoas trans para conquistar o emprego desejado parecem ser consideravelmente mais intensos. Para Vênus (30 anos), ser trans representa apenas o primeiro desses obstáculos:

“Nós, pessoas travestis, homens transexuais, antes da gente falar nosso nome, chega antes a nossa identidade de gênero. O que eu sempre falo, antes de chegar a Vênus, chega a travesti nos lugares. Isso já implica inclusive, a

entrega do currículo. Quando uma travesti entrega um currículo, a primeira coisa que a pessoa vai dizer é “vamos ver se a pessoa colocou o nome dela de verdade” – justamente para zombar, não é pra acolher e isso faz com que as nossas não se encontrem no emprego formal” (Vênus, 30 anos).

Saturno (31 anos) ainda complementa:

“Vou começar falando sobre a nossa realidade em busca de serviço, hoje está muito difícil, mesmo que todo mundo fale que não tem preconceito, que está totalmente diferente, eu estou tentando um emprego faz 7 ou 8 meses. Fiz curso de atendente de farmácia, sempre faço entrevistas na cidade, e quando veem que eu sou trans, eles falam: “tá bom, vou entrar em contato”, e aí fica no ar, é muito difícil. [...] eu troquei meu nome, está tudo certinho, acho que é por isso que chamam na entrevista, porque meu nome está lá “Saturno” e gênero feminino, e quando chega eles veem que é uma trans, automaticamente eles já barram” (Saturno, 31 anos).

Embora ainda sejam exceções, algumas mulheres trans enfrentam menos obstáculos na inserção social e profissional, especialmente quando se considera o conceito de “passabilidade” — a capacidade de ser percebida socialmente como uma mulher cisgênero. Segundo Lanz (2014, p. 129), “quanto mais ‘passável’ uma pessoa for, mais apta estará para conviver no mundo cisgênero-heteronormativo, com menores chances de ser estigmatizada e violentada como ‘desviante’ de gênero”. Nesse sentido, a passabilidade não apenas influencia as experiências cotidianas dessas mulheres, como também se torna uma estratégia de proteção, facilitando o acesso ao mercado de trabalho, à segurança e à aceitação social (Porto et al., 2021).

“A travesti que o comércio absorve, que as lojas absorvem, é aquela travesti que tem passabilidade, aquela travesti que as pessoas falam “nossa mas eu nem sabia que você era trans” – então, são aquelas travestis que passam por cis gênero, que tem o acesso. Mais uma vez o mercado corporativista, higieniza esses corpos. Eles absorvem esses corpos, absorvem trans que são lindas e que parecem mulheres cisgênero. Eles fazem isso com outras corpos também, quais são as mulheres negras que o comércio absorve? São as padrões, mulheres negras com aspectos de beleza da branquitude, o sistema faz isso com os corpos trans” (Vênus, 30 anos).

Essa percepção conecta-se à crítica queer às práticas de exclusão baseadas na aparência ou conformidade com expectativas cisgêneras, mostrando como normas de gênero operam para marginalizar corpos não conformes. Apesar dos números alarmantes de discriminação, existem exceções. Marte (21 anos) teve uma experiência positiva em seu emprego formal mesmo que não se considere “passável”.

[...]eu me considero muito sortuda, muita sortuda mesmo, porque até hoje em todos os meus ambientes de trabalho, seja por exemplo, como professora de ballet ou então como professora de alemão dentro da rede pública, eu trabalho com o ensino médio, eu sou muito sortuda porque eu NUNCA sofri



nenhum tipo de preconceito dentro da escola, por exemplo, pelo contrário, fui super acolhida, tanto é que no começo, quando eu comecei a ir pra escola, eu ia com um saltinho mais baixo, blocado, calça, camiseta, e só depois com o tempo, que eu fui com os meus saltos mais altos, de bico fino, minhas saias, meus vestidos e sempre foi um ambiente muito acolhedor, muito mesmo” (Marte, 21 anos).

Acredita-se que a nova geração possui maior acesso a oportunidades educacionais, incluindo o ensino superior, o que pode contribuir, ainda que de forma limitada, para a ampliação de condições mais dignas de trabalho e para a redução da discriminação. Essa conjuntura pode, potencialmente, levar à diminuição da prática da prostituição como única alternativa compulsória de sustento para determinadas populações marginalizadas.

“Quem começa a ter esse acesso? A Júpiter, por exemplo. A geração dela que começou a ter o acesso à universidade, eu falo pra ela que ela representa esse novo recorte das travestis que não precisaram pisar na prostituição. Por mais que vocês tenham sofrido todas as questões no núcleo familiar, vocês conseguiram terminar o seu estudo e ir pra universidade, na minha geração isso não era possível” (Vênus, 30 anos).

As falas das entrevistadas ilustram como a Teoria Queer não apenas explica, mas também dialoga diretamente com suas vivências, revelando a urgência de desconstruir normas de gênero e sexualidade que sustentam desigualdades e exclusões. A Teoria oferece um referencial crítico para compreender e questionar essas estruturas, evidenciando que a luta por reconhecimento e direitos está profundamente enraizada na desconstrução dos valores que regem a sociedade.

Políticas públicas: são de fato inclusivas?

As políticas públicas voltadas para a inclusão de pessoas trans no mercado de trabalho muitas vezes se baseiam em normas sociais historicamente construídas, que definem o que é "normal" e "correto". Esse processo resulta em uma legitimação social que, ao se aplicar no direito, acaba por excluir aqueles que não se alinham a essas normas. A ideia de direito, portanto, está vinculada ao poder soberano e, ao mesmo tempo, ao poder relacional, como argumenta Araújo (2012). Assim, políticas que se baseiam em padrões de gênero e sexualidade não apenas

falham em garantir a inclusão das pessoas trans, mas reforçam a discriminação e marginalização dessa população no mercado de trabalho.

Embora algumas políticas públicas tenham avançado no reconhecimento da diversidade de gênero, ainda faltam medidas eficazes para garantir a inclusão real das pessoas trans no mercado de trabalho. A Teoria Queer destaca que essas políticas, ao se basearem em uma visão normativa, não são totalmente legítimas, pois não questionam as estruturas de poder que perpetuam a exclusão. A verdadeira inclusão exige um rompimento com as normas cis-heteronormativas, algo que ainda está ausente nas políticas públicas voltadas para o mercado de trabalho das pessoas trans.

Sobre isso, Vênus (30 anos) aponta:

“[...]porque por mais que exista políticas públicas afirmativas, essas políticas não são feitas para os nossos – não há um olhar específico para essas especificidades, essa população ainda continua esquecida nas políticas públicas. Nós temos vários programas sociais no governo municipal, estadual e federal e agora eu pergunto para vocês ‘quantos LGBTs estão inseridos nesse programa?’. Durante a pandemia nós tivemos aquele “Auxílio Brasil”, as pessoas trans não tiveram acesso a ele, porque não tinha inclusão do nome social, e isso diz muito para que está servindo as políticas públicas – de que forma está sendo entregue na nossa nação e outras instâncias e então a gente tem esse olhar um pouco voltado pra tentar reparar o processo de políticas públicas e eu creio que tudo isso vai contribuindo para que pessoas trans comecem aos poucos a entrarem no mercado de trabalho. [...] se não a gente vai na leitura do homem cis branco que quer salvar a pátria, e a gente não quer salvar ninguém, a gente quer dar escolha para pessoa sobre o que ela quer pra vida dela. É nesse sentido que a gente tem que trabalhar, inclusive, quando a gente for pensar em empregabilidade, em qualquer tipo de política pública, educacional, voltada ao emprego para as pessoas. [...] Então tudo isso embarca essas decisões nossas de conduzir políticas públicas, de fazer políticas públicas, porque a gente tenta buscar soluções paliativas na política pública, mas a gente entende que não é a solução. Eu sei que fazer uma lei como essa não é solução, eu sei que criar um programa de transferência de renda não é a solução. Tudo isso é paliativo, a solução é a mudança efetiva na forma de pensar da sociedade. Essa é a solução” (Vênus, 30 anos).

É relevante destacar que, ao serem questionadas, nenhuma das entrevistadas mencionou o uso de políticas públicas direcionadas à comunidade LGBTQIA+, especialmente no que se refere às políticas de distribuição de renda, habitação ou empregabilidade. Saturno (31 anos) e Marte (21 anos) afirmam:



“[...]eu me inscrevi no auxílio, mas quem vive hoje em dia no Brasil com auxílio? [...] O auxílio do bolsa família, só que aqui no município não consegui pegar nada de auxílio” (Saturno, 31 anos);

“Não, nenhum. Eu só tenho a minha bolsa (adquirida por meio de extensão universitária) e esse pequeno auxílio da minha família mesmo” (Marte, 21 anos).

Portanto, nota-se que as políticas públicas desenhadas não estão sendo acessadas, mesmo que haja interesse da população. O queer seria, nesse contexto, ao mesmo tempo uma estratégia pós-identitária e hiperidentitária através da qual os indivíduos que constituíram sua subjetividade pelas marcas da vergonha, xingamento e negatividade, isto é, pela abjeção, são convidados a transformar essa vivência em um recurso político. O movimento queer, embora não busque estabelecer uma direção única, tem a capacidade de provocar o questionamento de conceitos profundamente enraizados em nossa cultura e estimular reflexões relevantes. Dessa forma, a política poderia ser pensada para além do interesse de um conjunto de sujeitos prontos, assim a ideia de uma identidade estável deixaria de ser premissa para as ações do Estado.

Considerações finais

A presente pesquisa teve como objetivo compreender as percepções de mulheres trans sobre o mercado de trabalho, investigando as barreiras enfrentadas por elas no que se refere à empregabilidade e à inclusão no mercado de trabalho formal. Ao utilizar a Teoria Queer como referencial teórico, a pesquisa se propôs a analisar as normas sociais de gênero e sexualidade que ainda permeiam as práticas e políticas institucionais.

A Teoria Queer tem se mostrado uma ferramenta crítica poderosa ao possibilitar uma reflexão sobre como a sociedade constrói a ideia do que é "normal", estigmatizando e marginalizando aqueles que não se conformam aos padrões hegemônicos de gênero e sexualidade. No caso das mulheres trans, essa normatividade impõe uma exclusão que se reflete na dificuldade de inserção e permanência no mercado de trabalho formal.

Os principais achados desta pesquisa indicam que, apesar de alguns avanços, as mulheres trans ainda enfrentam desafios consideráveis devido à discriminação baseada em normas cis-heteronormativas que regem o mercado de trabalho. A percepção das

mulheres trans sobre o ambiente de trabalho reflete uma realidade em que a aceitação está frequentemente vinculada à "passabilidade", ou seja, a capacidade de se alinhar aos padrões de gênero cisnormativos.

Essas mulheres enfrentam não apenas discriminação explícita, mas também a invisibilidade imposta por políticas públicas que não consideram as especificidades de identidade de gênero em seus processos de inclusão no mercado de trabalho. A resistência a essa normatividade, no entanto, surge por meio da própria identidade trans, desafiando a fixação de categorias de gênero e sexualidade como únicas e legítimas.

Apesar de trazer insights importantes, estabelecer paralelos entre teoria e empiria e indicar aspectos a serem observados em pesquisas futuras, o artigo reconhece suas limitações, sobretudo devido à amostra restrita e pouco diversa, o que pode limitar a compreensão das múltiplas dimensões de exclusão e resistência vividas por diferentes mulheres trans. Mesmo assim, o estudo reforça que a desconstrução dos padrões normativos é etapa crucial para assegurar a inclusão plena, a igualdade de oportunidades e o respeito às diferenças no mercado de trabalho, utilizando a Teoria Queer como ferramenta fundamental para repensar e reformular políticas e práticas vigentes.

Referências

ACIDADE ON. **Programa social para a população LGBTQIA+ será debatido na Câmara de Araraquara.** Araraquara, 2024. Disponível em: <https://www.acidadeon.com/araraquara/politica/programa-social-para-a-populacao-lgbtqia-ser-debatido-na-camara-de-araraquara/>. Acesso em: 13 nov. 2024.

AMARAL, T. C. Travestis, transexuais e mercado de trabalho: muito além da prostituição. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES, 3., 2013, Salvador. **Anais** [...]. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/236733740/Travestis-Transexuais-e-Mercado-de-Trabalho-Muito-Alem-Da-Prostituicao>. Acesso em: 14 nov. 2024.

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. São Paulo: Atlas, 2002.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARAÚJO, I. L. Vigiar e punir ou educar?. **Revista de Educação**, São Paulo, v. 3, p. 26-35, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/325164743_FOUCAULT_PARA_ALEM_DE_VIGIAR_E_PUNIR. Acesso em: 11 nov. 2024.

ASSIS, Gustavo Alves Pereira de; SOARES, Ronaldo Veríssimo; MOTTA, Hinayana Leão. Ser travesti profissional do sexo: um olhar fenomenológico. **Rev. NUFEN**, Belém, v. 10, n. 1, p. 91-107, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912018000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16 out. 2024. [https://doi.org/10.26823/RevistadoNUFEN.vol10\(1\).no4artigo27](https://doi.org/10.26823/RevistadoNUFEN.vol10(1).no4artigo27).

BARCELLOS, C. **Demitindo Preconceitos**. Goiânia, Brasil: Memória LGBT, 2017.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (Orgs.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Salvador, Brasil: Editora Devires, 2017a.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2017b.

BRASIL. **Lei Estadual nº 10.948, de 28 de setembro de 2001**. Proíbe a discriminação por motivo de orientação sexual no Estado de São Paulo. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 28 set. 2001.

BRASIL. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de discriminação racial e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 5 jan. 1989.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity**. New York: Routledge, 1990.

BUTLER, Judith. **Undoing gender**. New York: Routledge, 2004.

CACAU, Williames Santiago da Silva. **A inserção de mulheres transgênero no mercado de trabalho de Fortaleza**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Administração) – Centro Universitário Christus, Fortaleza, 2021.

CAPRONI, H. L. Teoria queer e as diferenças. **Cadernos De Pesquisa**, v. 45, n. 155, p. 221–225, 2015. <https://doi.org/10.1590/198053143041>.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2010-1/2SF/Claudio/5Pesquisas em Ciencias Humanas Sociais.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2024.

FLORES-PEREIRA, M. T.; ECCEL, C. S. Diversidade nas organizações: uma introdução ao tema. In: BITENCOURT, C. (Org.) **Gestão contemporânea de pessoas: novas práticas, conceitos tradicionais**. Porto Alegre: Bookman, 2010. p. 335-352.

GIONGO, C. R.; MENEGOTTO, L. M. D. O.; PETTERS, S. Travestis e transexuais profissionais do sexo: implicações da Psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, n. 4, p. 1000–1013, 2012. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000400017>.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/wf9CgwXVjpLFVgpwNkCgnnC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2024.

IRIGARAY, H. A.; SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Humor e discriminação por orientação sexual no trabalho. **RAC Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 14, n. 5, p. 890-906, set./out., 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/j8fn6rx5PFp9yyMV5CmLker/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2024.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos.** 2012. Disponível em: https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTAÇÕES_POPULAÇÃO_TRANS.pdf?1334065989. Acesso em: 10 out. 2024.

KAFFER, K. K.; RAMOS, F. G.; ALVES, A. L.; TONON, L. A transexualidade e o mercado formal de trabalho: principais dificuldades para a inserção profissional. In: **IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais.** Congresso organizado pela Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais (SBEO), Porto Alegre, Brasil, 2016. Disponível em: <https://anaiscbeo.emnuvens.com.br/cbeo/article/view/52/44>. Acesso em: 10 out. 2024.

LANZ, L. **O corpo da roupa:** a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/36800/R%20-%20D%20-%20LETICIA%20LANZ.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 out. 2024.

LAPA, Nádia. **O preconceito contra transexuais no mercado de trabalho.** Carta Capital, 31 out. 2013. Disponível em: http://fetraconspar.org.br/01backup/index.php?option=com_content&view=article&id=31408:o-preconceito-contratransexuais-no-mercado-de-trabalho&catid=170:trabalho&Itemid=86. Acesso em: 15 nov. 2024.

LION, Antonio Ricardo. Tamsin Spargo e a teoria queer. **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**, v. 17, n. 2, p. 730–743, 2020. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/976>. Acesso em: 14 out. 2024.

LOURO, G. L. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 541–553, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/64NPxWpgVkJT9BXvLXvTvHMr#>. Acesso em: 15 nov. 2024.

MARTINS, G. A.; TEÓFILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2009.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS [MDH]. **Manual Orientador Sobre Diversidade**. 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/dezembro/ministerio-lanca-manual-orientador-de-diversidade/copy_of_ManualLGBT_DIGITAL.pdf. Acesso em: 10 nov. 2024.

MIRANDA, Olinson Coutinho; GARCIA, Paulo César. A teoria queer como representação da cultura de uma minoria. In: ENCONTRO BAIANO DE ESTUDOS EM CULTURA, 3., 2012, Bahia. **Anais** [...]. Salvador, 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/27687193/A_Teoria_Queer_como_representa%C3%A7%C3%A3o_da_cultura_de_uma_minoria. Acesso em: 15 nov. 2024.

MISKOLCI, Richard. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 150-182, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/BkRJyv9GszMddwqpnrcJvdn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 nov. 2024.

MONTEIRO, L. **Mercado de trabalho exige novo perfil de profissional, saiba como se atualizar**. 2017. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2017/04/26/internas_economia,865177/mercado-de-trabalho-exige-novo-perfil-de-profissional-saiba-mais.shtml. Acesso em: 20 nov. 2024.

NOGUEIRA, Lucas Castro. **“Bem menininha”: a vivência de mulheres trans no mercado de trabalho**. 2018. Trabalho de conclusão de curso – Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Mossoró, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufersa.edu.br/server/api/core/bitstreams/39612641-a4cc-481a-90e9-a72183efa883/content>. Acesso em: 22 out. 2024.

NOGUEIRA, Oracy. **Pesquisa Social: Introdução às suas técnicas**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. Série 2 (Ciências Sociais), v. 26.

PERAZZO, Regiane da Silva. **O estado não me definirá: um olhar sobre o processo transexualizador à luz da Teoria Queer**. 2019.

Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

PIRES, Anderson Moraes; MAZZA, Selene Regina; PIREZ, Jacia Hellen Sobreira. "É crime sim": uma etnografia sobre a criminalização da LGBTQIA+fobia no Brasil. **REBEH: Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 3, n. 12, out./dez. 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/86373212/%C3%89_crime_sim_uma_netnografia_sobre_a_criminaliza%C3%A7%C3%A3o_da_LGBTQIA_fobia_no_Brasil. Acesso em: 18 nov. 2024.

PORTO, R. K.; SILVA, M. A.; GUGELMIN, S. Narrativas de passabilidade e segurança para transitar: transmasculinidades e saúde. **ACENO**, v. 8, n. 16, p. 219–230, 2021. DOI: <https://doi.org/10.48074/aceno.v8i16.12039>.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2012. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7520610/mod_resource/content/2/POUPART%2C%20J.%20A%20entrevista%20de%20tipo%20qualitativo.%20In.%20POUPART%20at%20alli.%20A%20pesquisa%20qualitativa%2C%20p.%202015-253%20%281%29.pdf. Acesso em: 11 nov. 2024.

REIDEL, M. **A pedagogia do salto alto: histórias de professoras transexuais e travestis na educação brasileira**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/98604>. Acesso em: 20 out. 2024.

SOUSA, J. A.; ROCHA, T. M. A. D. BARROS, C. R. S. Prevalência de Discriminação na Vida, entre Travestis, Transexuais e Transgêneros. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 4, n. 1, p. 43-65, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/24974>. Acesso em: 9 nov. 2024.

SOUZA, Eloisio Moulin de; PEREIRA, Severino Joaquim Nunes. R(re)produção do heterossexismo e da heteronormatividade nas relações de trabalho: a discriminação de homossexuais por homossexuais. **São Paulo, SP: Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, n. 4, p. 73-86, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ram/a/7JPZNfcRbYkQVcnxQZ88KHs/?lang=pt#>. Acesso em: 20 nov. 2024.

SOUZA, H. A. (2012). **O desafio do trabalho na vida cotidiana de mulheres transexuais**. (Dissertação de Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, São Paulo, Brasil.

SPARGO, Tamsin. **Foucault e a teoria queer: seguido de Ágape e êxtase: orientações pós-seculares**. Autêntica, 2017.

TAVARES, Leonardo Ferreira Galvão. SAÚDE LGBTQIA+: PRÁTICAS DE CUIDADO TRANSDISCIPLINAR. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, [S. l.], v. 34, p. 1152, 2023. DOI: 10.35919/rbsh.v34.1152. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/1152. Acesso em: 20 nov. 2024.

WEISS, Lilian; NINGELISKI, Adriane de Oliveira. A Teoria Queer e a criminalização da transfobia no Brasil: uma leitura a partir da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão N.26. **Academia de Direito**, [S. l.], v. 4, p. 601–624, 2022. DOI: 10.24302/acaddir.v4.3673. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/acaddir/article/view/3673>. Acesso em: 11 nov. 2024.

ZIMMERMANN, T.; CARDOSO, A. R. Identidade sexual, homossexualidade e grafitos escolares: possibilidades de leituras. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, [S. l.], v. 14, n. 22, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/22642>. Acesso em: 1 nov. 2024.

ZOLADZ, Rosza W. Vel. Xiberras, Martine. As Teorias da Exclusão. Para uma construção do imaginário do desvio, Instituto Piaget, Lisboa, 1998, 251pp. **Revista InterFACES**, 2020. Disponível em:

<https://revistas.ufrj.br/index.php/interfaces/article/view/32046/18165>.
Acesso em: 1 nov. 2024.

Employability and work for trans women: experiences in the light of Queer Theory

ABSTRACT: This paper aims to analyze the inclusion of transgender women in the labor market through the lens of Queer Theory, seeking to understand how gender and sexuality norms shape their professional trajectories. Based on qualitative research using unstructured interviews, the study aimed to document these women's educational and professional paths, map their areas of professional activity, and analyze their daily experiences and workplace relationships. The findings show that systemic discrimination limits access to the formal labor market, often leading many individuals into involuntary prostitution. However, higher levels of education can expand opportunities, even though institutional barriers and transphobia persist. The interviews also reveal that "passability" directly influences these women's inclusion, reinforcing patterns of exclusion. The study concludes that public policies are urgently needed to ensure equal conditions and to combat discriminatory practices, enabling the integration of transgender women into formal work environments.

KEYWORDS: Trans women. Labor market. Queer Theory. Employability. Work.

Cristiano Parra DUARTE,
Doutorando e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processo FAPESP 2022/07802-4). Bacharel em Administração Pública pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Campus Araraquara-SP.

crparraduarte@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-0924-4573>

Milena ALMEIDA,
Bacharela em Administração Pública pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Campus Araraquara-SP.

milena.a.silva@unesp.br

<https://orcid.org/0009-0008-1794-2471>

Recebido em: 08/08/2025

Aprovado em: 07/01/2026